O jovem rural como ator principal para a	construção de um novo	modelo rural,	promovendo um	espaço de qualido	ide de
vi.	ida sustantahilidada sa	cial a ambiant	al .		

O JOVEM RURAL COMO ATOR PRINCIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO RURAL, PROMOVENDO UM ESPAÇO DE QUALIDADE DE VIDA, SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

DOCUMENTO PRESENTADO PARA:

CONCURSO RIDELC

PREPARADA POR:
VERA TEREZINHA CARVALHO SILVA

Porto Alegre - Brasil

RIDELC NOVIEMBRE DE 2007

© 2007 EMATER/RS-ASCAR

S586j Silva, Vera Terezinha Carvalho Silva

O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida sustentabilidade social e ambiental / Vera Terezinha Carvalho Silva. - Porto Alegre : EMATER/RS-ASCAR, 2007.

28 p. : il.

REFERÊNCIA:

SILVA, Vera Terezinha Carvalho Silva. O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida sustentabilidade social e ambiental. Porto Alegre : EMATER/RS-ASCAR, 2007. 28 p.

EMATER/RS-ASCAR - Rua Botafogo, 1051 - 90150-053 - Porto Alegre - RS - Brasil fone (0XX51) 2125-3144 / fax (0XX51) 2125-3156

http://www.emater.tche.br e-mail: biblio@emater.tche.br

Normalização Bibliotecária CRB 10/161 Mariléa Pinheiro Fabião

ÍNDICE

1 RESU	IMO	1
2 INTR	ODUÇÂO	2
3 CON	ITEXTO REGIONAL	4
4 ANT	ECEDENTES	7
	ÇÃO DE DEMANDAS PÚBLICAS SURGIDAS A PARTIR DA LUTA OI /ENS RURAIS	
5.1	Educação	
5.2	Trabalho	17
5.3	Lazer	17
6 OBJI	ETIVOS PROPOSTOS COM O PROJETO	20
6.1	Objetivo Geral	20
6.2	Objetivo Específico	20
7 DESC	CRIÇÃO DO PROJETO E EXPERIÊNCIA	22
	LISTA DE GRÁFICOS	
Figura 3-1	. Rio Grande do Sul	4
Figura 3-2	. Número de esabelecimentos (1970-1995)	5
Figura 7-1	. Agroindustria Prade-Agudo -RS	24
Figura 7-2	. Os 4 irmãos Prade, no trabahlo na Agroindustria com os pais	25
Figura 7-3	. Agroindustria Giacomini – São João do Polesine	25

1 RESUMO

A AJURGS, é uma Associação de Jovens Rurais do Estado do Rio Grande do Sul. Essa organização foi fundada em 27 de julho de 1999, com o nome de CEJUR (Conselho Estadual de Juventude Rural do Estado do Rio Grande do Sul). Mas, no ano de 2005, por uma necessidade da legislação vigente, passa a denominar-se AJURGS.

A AJURGS tem como objetivo principal o fortalecimento das lideranças que compõem a juventude rural no estado do Rio Grande do Sul, contribuindo sobremaneira para a inclusão destes jovens no espaço público, incorporando sugestões advindas das demandas juvenis, buscando construir políticas de cidadania endereçadas à essa categoria.

A motivação inicial desse empreendimento se baseou no entendimento de que é através do fortalecimento do jovem rural dentro de sua organização que ter-se-á a possibilidade de atender melhor as demandas locais e as oportunidades de crescimento social, ofertadas no seio do meio rural. Estas demandas e oportunidades nem sempre são perceptíveis a quem está em nível superior e longe da realidade vivida por estes jovens. É preciso que eles expressem os seus objetivos e anseios.

Atualmente a AJURGS é formada por 6000 jovens de todo o Estado do Rio Grande do Sul. A partir da composição da associação, a construção de políticas públicas específicas para os jovens, como Programa Primeiro Crédito para a JUVENTUDE RURAL do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Terra para Jovens Rurais do Brasil – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Foi instituído o dia 15 de julho como o dia Estadual do Jovem Rural. Passando a melhorar a infra-estrutura comunitária, a administrar o seu próprio negócio, participar em instâncias de decisões, como os conselhos deliberativos, os serviços de extensão rural oficial do Rio Grande do Sul, Emater-RS-Ascar se reestrutura para contemplar este extrato social.

2 INTRODUÇÃO

A sistematização da experiência da AJURGS, trata da trajetória uma organização estadual de jovens do estado do Rio Grande do Sul, onde durante um período de 7 anos de ação coletiva. Nesse periodo houve o fortalecimento das suas organizações no âmbito de sua associação e transformação da realidade de suas comunidades rurais.

O relato da experiência constará de 5 partes:

A primeira parte, descreveremos um pouco do estado e da região, com o objetivo de situar o leitor no contexto onde se desnvolve a experiência.

A segunda parte, traremos uma análise das literaturas dos principais autores que tratam do tema juventude rural, no Brasil e na América Latina, com o objetivo de situar os leitores a cerca das discussões sobre o tema. Contextualizando com dados sobre as propriedade rurais, bem como do estado e do país, onde acontece a experiência.

A terceira parte, apresentaremos os antecedentes antes de vivenciarmos a experiência da AJURGS. Chamamos a atenção para os dados que relacionaremos, pois serão significativos para a apresentação das mudanças ocorridas durante a experiência.

A quarta parte, descreveremos a experiência abordando os seus aspectos mais importantes, como projetos de geração de renda e formação de lideranças, os quais desencadeam assim um início significativo no processo de inclusão dos jovens e por conseguinte o desenvolvimento das comunidades rurais.

A quinta fase refletiremos sobre os aspectos aprendido na experiência, bem como as limitações que dificultaram uma maior abrangência. Esta análise servirá para aprofundarmos ainda mais o trabalho com este extrato social.

O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental

3 CONTEXTO REGIONAL

Segundo dados do IBGE (censo 2000), existem no Brasil cerca de 14.532.780 de pessoas de 12 a 34 anos no meio rural. Desses aproximadamente 6.850.435 são do sexo feminino e 7.682.345 do sexo masculino, sendo que a juventude rural vem ampliando sua participação social e suas responsabilidade com a manutenção familiar.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens se assentam, em primeiro lugar, na falta de um modelo agrícola voltado para os pequenos agricultores de um modo geral, como o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. O modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre. A diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos. A juventude sofre profundamente as conseqüências desse modelo perverso, contantam com possibilidades mínimas na área da educação e da ocupação produtiva, carecendo também de alternativas em lazer, cultura e saúde.

A AJURGS, abrange jovens de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, através de organizações municipais e regionais de jovens, contituindo uma rede. O Rio Grande do Sul está localizado na região Sul do País. A sede da Associação está situada em Porto Alegre, na capital do estado. Conta atualmente com 6.000 associados distribuídos no meio rural dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, através de suas organizações.

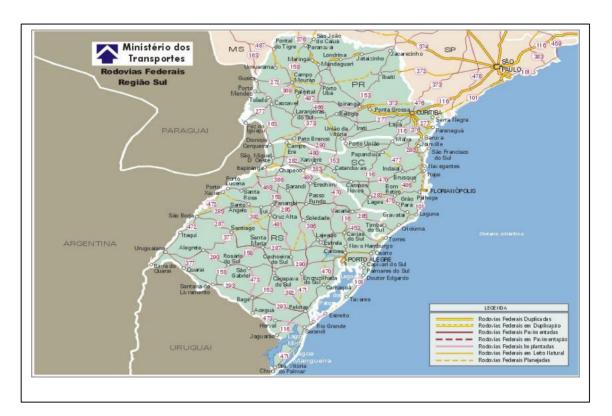


Figura 3-1. Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, conforme censo do IBGE em 2005, possui 10.845.087 habitantes, com 20 cidades com mais de 100.000 habitantes. Os dados demonstram que o estado duplicou sua população em relação a 1960. Atualmente ocupa o quinto lugar entre os estados brasileiros e vem mantendo esta posição desde 1940, à excessão de 1970, quando o Paraná ocupou o quinto lugar, devido principalmente à intensa imigração de rio-grandenses para outros estados nessa década. Da população de 2005, 1.869.174 habitantes vivem na zona rural, sendo que desse universo, 52,21% são homens e 47,79% são mulheres.

O Rio Grande do Sul pode ser considerado homogêneo em relação à distribuição da população nas cidades em seu território, com excessão da grande Porto Alegre, que concentra 4.200.000 habitantes aproximadamente.

O estado se destaca pela sua produção agrícola e agropecuária. O setor agropecuário apresentou, em 2004, uma participação de 15,9% no Produto Interno Bruto do estado. Principais Cultivos: soja, arroz, milho, trigo, fumo, mandioca, feijão, amendoim, erva mate, cana de açúcar, batata, maçã, uva, laranja e pêssego.

A maior concentração do rebanho bovino gaúcho está no oeste e sul do estado, junto à presença dos campos ou integrado com a produção de arroz. As quatro regiões que apresentam maior rebanho bovino, correspondendo a 57,3% do rebanho gaúcho são: Fronteira Oeste, Sul, Central (10,8%), e Campanha.

O gráfico a seguir nos mostra o a distribuição do número de estabelecimentos rurais no estado do Rio Grande do Sul, percebemos que os números entre 1970 e 1980 não apresentavam mudança significativa, porém em 1985 crescem, sendo que 1996 torna a cair.

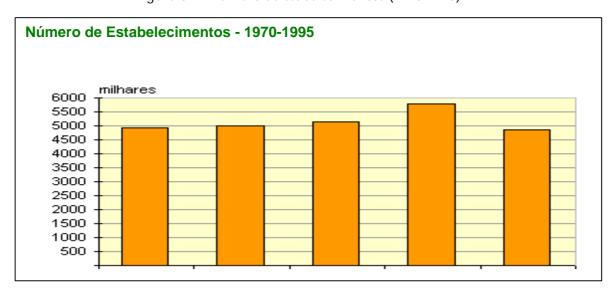


Figura 3-2. Número de esabelecimentos (1970-1995)

O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade	de			
vida, sustentabilidade social e ambiental				

4 ANTECEDENTES

Apesar da ampliação da participação e da responsabilidade conquistada pela juventude rural em tempos recentes, apenas 18% dos jovens residem no meio rural. Ainda segundo o IBGE, de 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no meio rural. Os processos migratórios, demográficos apresentados pelo IBGE têm sido utilizados para demonstrar a transformação social que vem ocorrendo no Brasil nos últimos cinquenta anos. Em 1950, a população residente em zonas rurais correspondia a 63,8% da população total brasileira. Já no ano de 2000, essa proporção havia caído para 18,8% do total da população do país. É importante perceber que, na década de 1950, o contingente que mais migrou correspondia à faixa dos 30 aos 39 anos de idade. Já nos anos 1990, ocorreu um deslocamento populacional principalmente na faixa etária de 20 a 24 anos (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999). Além do predomínio juvenil, outra característica importante desse movimento migratório recente é a participação feminina. As mulheres migram mais que os homens, representando 52% do total da migração jovem. De acordo com o censo de 1991, para o total do Brasil, enquanto 20,8% dos jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos de idade eram migrantes, para as moças dessa mesma faixa etária a proporção de migrantes era de 24,2% (BAENINGER, 1998: tab. 14, p. 46). Ou seja, conforme esses dados configura-se um predomínio juvenil e feminino no processo migratório rural-urbano.

A "situação de invisibilidade" a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse contexto, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são "estados de coisas": situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticos (RUA, 1998). O atual "estado de coisas" implica na negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidade. Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não-reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão.

No Rio Grande do Sul, como nos demais estados à população rural vem decrescendo a cada década conforme mostram os dados do IBGE. Em 1960, a população rural era de 55,1% do total da população do estado, 46,7% em 1970, 32,45% em 1980, 23,4% em 1991, 21,3% em 1996 e 19, 0% em 2001. Os

dados mostram, também, que grande parte da migração rural-urbana é constituída de jovens entre 15 e 19 anos, sendo que entre estes predominam os jovens do sexo feminino.

Abramovay, em seu trabalho sobre a valorização do espaço rural, chamou atenção para o fenômeno da "desertificação rural", ou seja, o esvaziamento do campo, que, segundo o autor é, hoje, uma das maiores ameaças para o desenvolvimento rural. "O esvaziamento dos campos, longe de garantir a preservação harmoniosa da natureza, corresponde antes de tudo a um enorme desperdício de recursos e potenciais, que poderiam ser aproveitados na luta contra a exclusão social" (ABRAMOVAY, 1997, p.1). Esse processo migratório pode levar o meio rural ao envelhecimento e a masculinização.

Neste contexto a reprodução de novas unidades de produção familiar começa a ficar comprometida, pois os filhos dos agricultores migram e não mais reproduzem os papéis de seus pais.

Esta realidade fez com que a juventude rural até agora considerada uma categoria variável, e praticamente invisível para a maioria dos analistas das questões rurais, desponte como um ator importante no processo que envolve a sucessão profissional (administração do negócio) e a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes.

Para o autor Luiz Groppo, sociólogo e pesquisador, tanto para poderes conservadores quanto para os reformistas, a juventude é reconhecida como potência de transformação social, como força motriz para a construção de uma nova sociedade.Por conta disso a formação e orientação dos jovens para a atuação na sociedade se faz uma necessidade concreta. Ocupando uma lacuna deixada pela escola, que nem sempre acompanha as modificações sociais, os movimentos sociais no Brasil encontram caminhos diversificados para estimular e preparar o jovem para a participação política e alcançar a plena cidadania. Por outro lado, continuam legítimos e reconhecidos os espaços de formação como os grêmios estudantis as alas jovens dos partidos.

Entendemos que esta participação seja necessária, porque esse movimento dá sentido a democracia. Ele possibilita que a sociedade cobre, decida, invente, exija seus direitos, proponha novos direitos e dê movimento a vida política de uma nação. Porém para que essa participação ocorra é necessário criarmos espaços que propiciem este exercício.

Segundo Pereira (2003), o debate contemporâneo sobre a agricultura familiar no Brasil revela que muitos dos agricultores reelaboram e criam estratégias de produção e reprodução social alternativas ao modelo produtivista. Uma das estratégias é a pluriatividade, mas emergem questões relacionadas com a capacidade dos jovens rurais em permanecer habitando e trabalhando no campo, com

contextos adversos à agricultura familiar.

Os indicadores educacionais rurais do Brasil estão entre os piores da América Latina, como bem mostram os trabalhos da CEPAL (Durston, 1996). Mas não se trata apenas de educação formal. O meio rural brasileiro conserva a tradição escravista que dissociou em nossa formação histórica o conhecimento do trabalho, de maneira que quem trabalha não conhece e quem conhece não trabalha. Tanto é que tendem a ficar na atividade agrícola aqueles jovens que alcançam o pior desempenho escolar. Cria-se assim um círculo vicioso em que permanecer no meio rural associa-se a uma espécie de incapacidade pessoal de trilhar o suposto caminho do sucesso que consiste em migrar e em que não se investe na valorização do conhecimento nas regiões interioranas que se identificam, cada vez mais, como um reduto dos que "não conseguiram sair", dos velhos e dos aposentados.

Um estudo da CEPAL (RODRÍGUEZ, 1996 p.38) constata que, na América Latina, "...é raro que surjam atores sociais organizados na representação dos jovens". O Brasil (com exceção de algumas atividades das pastorais da Igreja e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não escapa a esta regra. John Durston (1996) insiste com razão na invisibilidade da juventude rural latino-americana. Para muitos, uma vez que as pessoas, no campo, começam a trabalhar desde a infância, não é sequer evidente que se possa falar de uma juventude rural.

O Poder público, organizações sindicais e extensão vêm assistindo de maneira conformada à aceleração do êxodo rural entre os jovens (¹). Não existe no interior do Estado uma instância de reflexão sobre o que deve ser o processo de formação educacional e profissional da juventude que vive em áreas não densamente povoadas. Tampouco há políticas que procurem estimular os jovens a assumir iniciativas econômicas que os motivem a organizar suas vidas nas suas regiões de origem.

Não se pode, é claro, subestimar a importância dos fatores objetivos que contribuem ao intenso processo migratório dos jovens rurais. Mas uma ação voluntária dos movimentos sociais e do Estado no sentido de valorizar a opção dos jovens pelo meio rural pode servir de importante contrapeso a uma cultura tão difundida que enxerga no meio rural o contrário da "ampliação da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas".

A UNESCO adota como "juventude" o período compreendido entre os 15 e os 24 anos de idade. Alguns autores como Colli Setian acham que esse período não pode ser tratado com "começo e fim" tão rígidos. A variação é de país para país e, pode-se dizer mesmo no caso do Brasil, de região para região. Causas psicossociais concorrem para essa flexibilidade. A juventude ou adolescência deve ser entendida como um segmento da sociedade. Por se tratar de um segmento intermediário entre a criança e o adulto o adolescente tem características próprias. Características marcadas pela

OBSERVATORIO SOCIAL SOBRE GOBERNANCIA EFECTIVA Y DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

instabilidade, fragilidade e indefinição, que por isto fazem do jovem o "espelho" deste sistema, porque o adolescente retrata o conjunto de mazelas dessa sociedade. A juventude deve ser vista no contexto de uma sociedade dispersa, licenciosa, sem ética, sem sentido do bem comum. Ela é reflexo do mundo estabelecido pelas lideranças adultas.

A imagem da Juventude Rural é marcado pela imagem de uma juventude do campo que é atraída para a cidade, através do fascínio da vida moderna, esta imagem não é nova, atravessa as décadas de estudo sobre o tema, e não se restringe ao Brasil, está na ordem do dia nos chamados países em desenvolvimento. Este olhar consolida uma percepção de "jovens rurais" em oposição à "jovens urbanos" e a de que os "jovens rurais" têm como principal sonho tornarem-se "jovens urbanos. O "problema" do "êxodo" ganha força percebido a partir do processo de "reforma agrária" no Brasil, onde os "jovens", filhos de assentados rurais estariam abandonando os campos. No entanto, apesar da grande importância das políticas voltadas para o meio rural, a "juventude rural" é alvo de pequenas iniciativas no que concerne às políticas públicas voltadas para juventude, que tendem a ter como público-alvo "jovens urbanos".

As dificuldades enfrentadas pelos jovens se assentam, em primeiro lugar, na falta de um modelo agrícola voltado para os pequenos agricultores de um modo geral, como o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. O modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre. A diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos. A juventude sofre profundamente as conseqüências desse modelo perverso, não contando com possibilidades mínimas na área da educação e da ocupação produtiva, carecendo também de alternativas em equipamentos de lazer, cultura e saúde.

O desafio é pensar juventude a partir destas diferentes realidades de vida, buscando políticas públicas que ultrapassem as muitas fronteiras e valorizem as diferentes formas de inserção dos jovens, sejam urbanos ou rurais. A juventude tem um papel fundamental como transformadora da realidade, para isso se faz premente o meio rural oferecer condições para permanência do jovem no espaço rural, com educação de qualidade voltada à realidade rural, bem como oportunizar condições de acesso a lazer, cultura, trabalho, geração de renda com indepência financeiro, para ele tenha condições de realizar a opção de dar continuidade ou adquirir a sua propriedade no meio rural é premente.

Regina Novaes, questiona: " Será que pensar o jovem do campo não é pensar o próprio país".

A saída dos jovens do campo, muito cedo, além de causar um envelhecimento dessa população, com poucas perspectivas de investimentos na propriedade rural, acarreta ainda na grande maioria das vezes um problema social nas cidades, pois o jovem que migrou para cidade, pelo seu distanciamento da família e do convívio com o seu meio social, acaba por se fragilizar, mergulhando em drogas e ou se prostituindo.

O produtor familiar, em suas estratégias de reprodução, utiliza os recursos de que dispõem no estabelecimento familiar e que aprendeu a dominar a longo do tempo: a terra, o trabalho e a família (WANDERLEY,1999). A terra , trabalho e família, interpretam-se e não podem ser considerado em separado. "Pensar em trabalho é pensar em terra e família; pensar em troca é pensar que elas ocorrem entre pais de família, enquanto pessoas morais, e não indivíduos. Elas são categorias que ordenam o mundo rural" (WOORTMANN apud SIQUEIRA, 2004).

Segundo, Regina Novaes, A família, inclusive para os adultos, continua detentora desta função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas. Nesta linha de argumentação pretendendo-se sugerir o lugar do jovem na família como aquele de quem introduz o "outro" necessário na família, por meio de novos discursos que abalam seu discurso oficial – seja pela ruptura, pela inversão ou, mesmo, pela reafirmação deste discurso. Reações diversas - de fechamento ou de abertura ante ao estranho - serão decisivas para as relações familiares e, particularmente, para o lugar do jovem, em busca de uma identidade própria, que se constrói pelas várias alteriedades com as quais se confronta.

Discutir a realidade da juventude rural hoje, implica um olhar mais atento às suas lutas, sonhos e angústias o seu lugar junto à família. Significa pensar nos problemas e nas perspectivas possíveis para essa parcela de jovens que se vê na fronteira entre manter-se no campo ou migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. No entanto, se ficar no campo significa encarar uma dura realidade de privações e de falta de perspectivas, migrar para as cidades traz outras sérias conseqüências como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência. Há ainda que se levar em conta o despreparo das jovens e dos jovens rurais, em termos profissionais, para competir no restrito mercado de trabalho urbano. No processo de intensificação entre universos culturais distintos, as fronteiras entre o "rural" e o "urbano" tornam-se cada vez mais imprecisas no que concerne as diferentes idealizações e projetos dos jovens. Contudo é certo que o resultado não aponta para a conformação de um todo homogêneo. Nesse sentido seria temerário e simplista falarmos da urbanização do campo.

Como expressão que qualificaria a perda da especificidade desses dois pólos. Ao contrário, na "modernidade" ou, nos termos de Gidedens, no contexto das sociedades "pós tradicionais" _onde não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir" _ a possibilidade de escolha como regra seria uma maneira de enfrentar a multiciplidade de opções na vida cotidiana (GIDDENS,1997, p. 94). Sendo assim, estariam abertas as alternativas de sermos "rurais" na cidade e "urbanos" no campo (DE PAULA, apud CARNEIRO, 1998).

O novo modelo da agricultura que traz um contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo , diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica mais afetada por essa dinâmica de diluição das fronteiras do espaço entre o rural e o urbano, combinada com o agravamento da falta de perspectiva para os que vivem da agricultura.

As ocupações rurais não-agrícolas cresceram de forma vertiginosa nos últimos anos (taxa anual de 6,1% entre 1996 e 1999). Dos 1,5 milhão de ocupações rurais não-agrícolas criados entre 1981 e 1999, 1 milhão surgiram entre 1992 e 1999; mais de 600 mil concentradas nos últimos três anos (de 1996 a 1999). Trata-se portanto de tendência firme e progressiva. Mas insuficiente para resolver o impasse das populações pobres do campo. Somente a região Sul registra taxas negativas de crescimento da população rural nos anos 90. Sintomática, nesse sentido, é a explosão do desemprego no campo. Ele cresceu à incrível taxa de 15,2% ao ano no período 1996/1999. Ao mesmo tempo, a massa de aposentados expandiu-se em todas as regiões.

Em 2010 mais da metade da PEA rural brasileira poderá estar ocupada com atividades não-agrícolas. Mas isso por sua vez não é suficiente para compensar o acelerado crepúsculo do emprego no meio rural, 20,82% da população brasileira trabalham em situação irregular, dos quais 55,92% estão no campo. Isto significa que 5.205.438 pessoas na faixa etária entre 2 e 18 anos vivem no meio rural, o equivalente à população de um país como a Finlândia. Jovens urbanos com 18 anos ou mais têm um nível de escolaridade 50% maior do que os que moram no campo. Do total da população brasileira que trabalha na área urbana, 7% têm entre 10 e 14 anos. No campo, 16,3% dos que trabalham estão na mesma faixa etária. Das pessoas que trabalham nas cidades, 26,1% têm 15 anos, enquanto no campo, esta porcentagem chega a 34,2%. 229.198 crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos trabalham em situação irregular, dos quais 55,92% estão no campo.

A construção de uma sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo. A história comprova que é possível harmonizar a convivência dos homens entre si e com a natureza, pois durante milhares de anos os sistemas naturais e os sistemas humanos conviveram de forma sustentável.

Considerando os altos índices do exodo da juventude do campo nas últimas décadas e entendendo a educação como prática social e histórica, repensar a formação de jovens rurais é uma necessidade para todos que estão comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável. A sobrevivência das unidades de produção familiar está relacionada também à permanência da juventude no campo, tendo em vista que os filhos seriam os responsáveis em dar continuidade às atividades agropecuárias da família. Isto nos leva a refletir sobre a relação teoria e prática, educação e trabalho e, ao mesmo tempo, resgatar o significado que tem o trabalho nas condições de vida de jovens rurais. Com a modernidade, no entanto, a crise ecológica se acirra e a continuidade da vida é ameaçada pela incapacidade de se pensar conjuntamente a espécie humana e a natureza que passa a ser entendida como um objeto inerte e passivo, separado do ser humano. A confiança humana na razão, aliada à política mercantilista, transforma a natureza em matéria morta, objeto da cobiça, fonte de enriquecimento rápido. Pode-se dizer então que a natureza se desumaniza e o homem se desnaturaliza, num processo em que o homem passa a ser considerado como o centro do universo e todas as demais coisas estão à disposição dele. Não existe mais interação e sim dominação do sujeito humano sobre o objeto natureza.

A agricultura é considerada um espaço masculino, sendo que as filhas se dedicam ao trabalho doméstico e o restante do tempo aos estudos, enquanto os filhos exercem o trabalho agrícola. Estes padrões demonstram claramente o viés de gênero na atribuição dos papéis sociais dos filhos e filhas no interior das unidades produtivas. Ressaltando que os filhos, na visão dos pais, que ficarem na propriedade não necessitam dar continuidade aos estudos.

O incentivo dos pais à escolarização das filhas tem a função de direcioná-las para outra atividade, privilegiando os filhos homens como sucessores dois pais na agricultura. Conforme Wanderley, "uma unidade familiar de produção tende, pela sua própria natureza, a propiciar a saída de um certo número de filhos que não podem ser mantidos no interior do estabelecimento familiar" (WANDERLEY, 2003, p.10). Neste caso, percebe-se que os filhos que ficarão na agricultura são constituído socialmente, assim como os que devem sair. O que chama a atenção é que estes últimos são as filhas mulheres.

A reprodução como agricultor é em grande parte dependente das perspectivas profissionais ou de trabalho colocados pela escolarização. Champagne (1986, p.53) relaciona a própria " crise da identidade camponesa" com a imposição da escolarização no meio rural e a desqualificação do mundo camponês daí adivinda. Já as pesquisas sobre a juventude e educação rural no Brasil descrevem em seu conjunto dois modelos educacionais que produzem efeitos distintos: a escola pública de matriz urbana, onde predominam estudantes do sexo feminino que investem na escolarização como estratégia para a saída da atividade agrícola, e os projetos educacionais de formação técnica voltada para a agricultura onde predominam os rapazes. Nas duas abordagens percebe-se a influência da socialização dos jovens no processo educacional em sua disposição de permanecer no meio rural e na atividade agrícola (WEISHEIMER, 2005).

A juventude começou a fazer parte do cenário de pesquisas brasileiras principalmente a partir de 1994, quando o Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural para os países do Cone Sul (PROCODER) introduziu em seu programa de trabalho esse tema, com o objetivo de induzir e motivar tanto as organizações internacionais quanto as instituições de pesquisa que atuam no desenvolvimento rural dos países do Cone Sul (EMATER/RS, 1994). A importância da juventude rural despontou no momento em que ocorreram profundas transformações no campo com o impacto da modernização. Segundo Abramo (1997), ainda é pequena a incidência dos estudos dedicado ao modo de vida dos jovens e suas expectativas futuras. Nas últimas décadas, os estudos sobre juventude destinaram-se a discutir os sistemas e as políticas públicas que interferem na vida dos jovens.

Durston (1994), em sua análise sobre a juventude e os desafios para os anos 1990, refere-se a esse período como crítico para a juventude rural, dizendo que esta será (...) a coorte que terá que

protagonizar logo as transformações já iniciadas, que continuarão durante a próxima década e que definirão as condições de existências de várias futuras gerações rurais". Para o autor faz-se necessário abordar quatro pontos, que ele considera muito importante para entender a juventude rural. O primeiro deles é o questionamento sobre se realmente existiria uma juventude rural. Segundo ele, "questiona-se sua existência na literatura sociológica latino americana, pelo fato de as exigências da vida agrícola e da pobreza obrigarem a maioria da população rural a assumir responsabilidades adultas muito cedo, inclusive a partir da meninice (SIQUEIRA, 2004).

O segundo ponto em questão é a importância de não se considerar todos os jovens rurais como agricultores; segundo o autor.

(...) A metade ou mais dos jovens rurais que trabalham na agricultura o fazem principalmente como assalariados (até 80% em alguns países) e entre 20 e 40% dos jovens rurais ativos nem sequer trabalham na agricultura, e sim numa ampla gama de outras ocupações que vão desde pedreiro até mestre escolar (DURSTON,1994, p.15).

O terceiro ponto é a necessidade de entender as perspectivas dos jovens quanto ao futuro. " Os jovens rurais têm tanto um pensamento como uma ação estratégica. Isto é relevante para a política social rural, cuja principal prioridade devería ser abrir-lhes oportunidade (...)" (DURSTON, 1994, p.15).

O quarto ponto a ser considerado é o mais importante, na ótica dos estudiosos desse tema, pois é a valorização do conhecimento e da capacitação da juventude rural. Com a política do transporte escolar municipal, os jovens ampliaram seu nível escolar, incorporando novos conhecimentos e adaptando ao meio rural. Para Durston, isso significa que "(...) Os jovens rurais de hoje têm conhecimentos e capacidade suficientes para se constituirem no principal motor de desenvolvimento rural (...)" (DURSTON, 1994,p.15). Para o autor, dar um papel protagônico no desenvolvimento rural pode ser a opção que muitos jovens necessitam ter para não abandonar a agricultura (DURSTON, 1994).

Nesta mesma perspectiva, a "Propuesta del Documento Orientador 1998-2002 da Direccion de Desarrolo Rural Sostenible del IICA (1998)", elaborado com a participação de William Reuben, para análise e reflexão dos países da América Latina, trata a participação dos jovens rurais como atores do desenvolvimento rural sustentável. A inclusão dos jovens e das jovens como autoras do desenvolvimento local em vez de beneficiários passivos deste, marca uma virada fundamental nas estratégias de desenvolvimento " (IICA, 1998). O documento enfatiza uma nova realidade, onde a agricultura adquire uma condição multifuncional, produzindo uma inter-relação entre zona rural e zona urbana. Isso gera a necessidade de criação de estratégias para a inclusão dos jovens rurais nas novas formas de desenvolvimento (SIQUEIRA, 2004, p.37).

Segundo Durston (1999), a criação dessas estratégias requer anular a invisibilidade que caracteriza os jovens na agricultura, pois a juventude é invisível para a grande maioria dos projetos de combate a pobreza rural, é invisível para as organizações que tratam do tema no setor urbano e é também invisível aos próprios sociólogos, que, em suas pesquisas sobre os jovens, esquecem que existe uma

juventude rural. Para Carneiro (1998), os jovens rurais "filhos de agricultores ficam preenchendo o vazio estatístico formado pelos que ainda não ingressaram na vida ativa, esperando atingir para se tornarem visíveis à sociedade.

5 RELAÇÃO DE DEMANDAS PÚBLICAS SURGIDAS A PARTIR DA LUTA ORGANIZADA DOS JOVENS RURAIS

A AJURGS, através de seu movimento organizado, nas lutas, faz parte do Conselho Estadual do PRONAF, (Programa de fortalecimento da agricultura familiar), sendo que a partir destas participações conseguiram iniciando-se a outras organizações, conquistaram o PRONAF JOVEM, uma linha de PRONAF específica para os jovens rurais.

Realizam as Olimpíadas de Jovens Rurais Estadual, trazendo um investimento do poder público local na infra-estrutura do município que sedia os jogos. Ainda o município que sedia, oferece hospedagem na casa dos agricultores com filhos jovens, para todos os jovens que participam dos jogos, proporcionando assim o convívio e troca de experiência com outros jovens e familiares, durante os três dias que acontece o evento.

A extensão rural do Rio Grande do Sul, realizada pela Emater-RS-Ascar , por influencia das demandas advindas desta organização, reestruturou o seu quadro de empregados, realizando processo seletivo interno, passando uma coordenação Estadual, específica para o trabalho com juventude rural. E ainda a entidade enviou uma socióloga para realização de Mestrado para conhecer a Juventude Rural, cuja dissertação foi: " As Perspectivas de inserção dos Jovens Rurais na unidade de produção familiar".

O serviço de Extensão Rural da EMATER-RS-ASCAR, desde o ano de 2005, realizou convênio com o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), para capacitar os técnicos da Extensão Rural, juntamente com os Jovens, para o trabalho em juventude rural. Passando a refletir sobre a necessidade da entidade ter uma nova maneira de atuação dos técnicos que contemple o jovem rural. Também a entidade criou, juntamente com os jovens e técnicos, um marco referencial para o trabalho de Extensão em Juventude Rural. As principais ações realizadas pela Emater/RS-Ascar em parceria foram:

5.1 EDUCAÇÃO

- Educação Formal A Emater/RS Ascar atua junto à rede escolar dos municípios assessorando e desenvolvendo ações conjuntas, que contribuam para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, buscando participar das atividades curriculares das escolas, em áreas relativas à extensão rural.
- Educação não formal A Emater/RS Ascar presta assessoramento na:
 - Organização Social dos Jovens: Estimula e assessoram a formação de grupos comunitários, associações, conselhos, cooperativas, entre outras formas associativas formais e/ou informais de jovens rurais.
 - Participação e exercício da cidadania: Motiva a participação das (os) jovens nas instituições representativas da sociedade em todos os níveis;

- Valorização do ser humano: promove o exercício da cidadania e dos direitos sociais, desenvolve ações de prevenção de doenças, auxilia na busca do diálogo junto à família.

5.2 TRABALHO

A Emater/RS-Ascar desenvolve ações junto às famílias e jovens rurais, incentivando o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas que:

 Capacitação Profissional: desenvolve ações de formação/qualificação profissional, preparando os jovens rurais para atividades produtivas (agrícolas e/ou não-agrícolas) que gerem renda e postos de trabalho, conforme a nova configuração e dinâmica da realidade rural.

Proporcionam o conhecimento e o acesso as políticas públicas de crédito para os jovens rurais.

• Crédito: dar conhecimento das políticas públicas de crédito existentes para a juventude bem como promover o acesso dos jovens as mesmas.

5.3 LAZER

O lazer é considerado um espaço privilegiado para o desenvolvimento das relações de sociabilidade entre os jovens. De uma maneira geral observa-se que a valorização da dimensão do lazer e do uso do tempo livre dos jovens ganha espaço de discussão na sociedade, quando se percebe a associação entre a ociosidade e o vício e/ou a criminalidade.

A ação extensionista, neste contexto, se apresenta de fundamental importância, pois os jovens devem ser motivados e apoiados a desenvolver atividades de lazer tais como práticas esportivas, organização de festas comunitárias, eventos artísticos juvenis.

A atenção especial dos Conselhos de representação dos Agricultores, especialmente os municipais, a exemplo do município de Encruzilhada do Sul, que criou um fundo rotativo, no qual a primeira experiência deste foi financiar para jovens do município a aquisição de material necessário para o trabalho na apicultura. Também dentro desta linha o município de Crissiumal, investe no trabalho em agroindústria familiares, com trabalho com jovens. Entre outros várias iniciativas surgidas deste trabalho.

A Emater-Rs-Ascar, firmou durante o ano de 2006, acordo de trabalho com a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), para a pesquisa e o trabalho conjunto das duas instituições com Juventude Rural.

Acertamos acordo com o Sicredi, (Sistema de crédito cooperativo), para realizar uma formação das lideranças da AJURGS. Com a previsão de iniciar em 2007.

O fortalecimento das organizações Juvenis, nos municípios e nas regiões;

A recuperação da auto-estima dos jovens, que fazem parte desta organização, pelo respeito que a sociedade, passou a imprimir para com eles. Fazendo com que estes jovens que antes, sequer pensavam na possibilidade de permanecer no meio rural, hoje já fizeram sua opção de permanecer. E ressaltando que outro fator ligado direto a esta atitude, o jovem permanecerá junto à família, fazendo investimentos. E a família por sua vez ao aposentar-se continuará na propriedade. Eis que este tem sido um dos fatores determinantes do êxodo rural.

Programa Primeiro Crédito para a JUVENTUDE RURAL do Rio Grande do Sul.

Programa Primeira Terra para Jovens Rurais do Brasil – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Foi instituído o dia 15 de julho como o dia Estadual do Jovem Rural.

PRONAF JOVEM (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Específico para Jovens Rurais).

O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental

6 OBJETIVOS PROPOSTOS COM O PROJETO

6.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a inclusão do jovem rural, através do seu empoderamento e fortalecimento das lideranças juvenis, proporcionando para que possa ser um agente ativo de uma transformação social que resgate o campo, contribuindo de maneira definitiva para o desenvolvimento rural sustentável.

6.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Utilizar as ações de combate à pobreza rural, os processos de desenvolvimento territorial e os arranjos institucionais existentes no âmbito do projeto, para implantar ações de luta contra a migração da população rural, tornando a zona rural um espaço com condições de atender as necessidades dos jovens.

Ampliar na sociedade a discussão dos processos de diminuição da população rural e buscar soluções para o enfrentamento do problema;

Promover sistemas de produção agrícolas sustentáveis, sob o ponto de vista sócio-econômico e ambiental, que sejam relevantes para a permanência das famílias rurais na sua propriedade.

Aplicar mecanismos incentivadores para a permanência no seu meio, considerando as políticas de luta contra a pobreza e de inclusão social, objetivando melhorar as infra-estruturas comunitárias, geração de renda, espaços culturais, educação e lazer.

Acompanhar e sistematizar relatórios com levantamento de dados referenciais para a elaboração de políticas públicas e difusão dos conhecimentos, usando os resultados na implementação de políticas nacionais e mundiais no intuito de minimizar problemas semelhantes em outros espaços.

O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental

7 DESCRIÇÃO DO PROJETO E EXPERIÊNCIA

Iniciamos a descrição do projeto apartir da sua fundação, no ano de 1999, quando a organização era através de Conselho Estadual, chamando-se CEJUR (Conselho Estadual de Juventude Rural do Estado do Rio Grande do Sul), hoje AJURGS. A organização no seu início teve o apoio indispensável da Extensão Rural do Rio Grande do Sul a EMATER-RS-ASCAR, através da formação de pequenos grupos de jovens rurais nas comunidades rurais, após fortalecido estes grupos, formam-se as associações e os conselhos de jovens municipais. Surge então após o empoderamento da auto-estima destas lideranças, a necessidade de uma participação mais expressiva em nível de Estado. Começaram a partir desta data a surgir os conselhos e associações regionais e após formamos uma estrutura estadual. Esta organização continuou sempre tendo o apoio direto da EMATER-RS-ASCAR. Estas duas organizações criaram uma fundação, chamada FUNDAJUR, que buscava recursos financeiros e recursos humanos para o trabalho com juventude rural.

O CEJUR se fortaleceu passando a adquirir assento em várias instâncias de decisão das políticas públicas voltada à essa categoria. Participando na Comissão da Agricultura, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, no Conselho do Pronaf e nas diretorias de Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Nesse período iniciam as olimpíadas municipais, regionais e estaduais. Melhorando significativamente as estruturas das comunidades, bem como o relacionamente da família e da comunidade e a auto estima do Jovem Rural, que passou a orgulhar-se de dizer que era Jovem Rural.

Alguns anos após, houve uma grande mudança ocasionada pelo nova dinâmica da agricultura e também o jovem tinha necessidade de um trabalho destas organizações, mais completo e não somente voltado ao esporte. Nesta ocasião o jovem sente a necessidade de uma autonomia financeira, bem como perspectiva de educação de qualidade, cultura e lazer com o dinamismo das cidades. As pequenas escolas rurais, passam a se desfazer dando lugar as escolas núcleos, e na grande maioria os jovens são levados pelo transporte escolar para a cidade. O afastamento e a qualidade do ensino rural foi um dos grandes responsáveis pelo êxodo rural, por que os adolescente para passar um turno na escola, precisam na maioria dos casos, sair muito cedo dos seus lares e retornam ao final do dia, afastando-os do convívio familiar.

O Jovem rural passa por um período de invisibiliadade. As lideranças jovens começam a desaparecer, a Fundação se dissolve e a Extensão não tem nesse momento um trabalho específico com o jovem rural.

Por volta de 2000 a 2004, Jovem Rural passa a desprezar o meio rural, pela falta de perspectiva de oferecer a ele o que precisa, nesta época de grandes conflitos consigo mesmo, intensificado pela

falta de atenção da sociedade a este extrato social. O Êxodo rural acentua-se pela saída do Jovem para às cidades, na grande maioria das vezes acompanhado pela família.

Em 2005, algumas lideranças juvenis que ainda restavam deste movimento resolvem tomar uma atitude de formar a AJURGS. Inicia a sua luta através da organização, formando pequenos núcleos organizados de jovens.

Voltam a procurar o trabalho de extensão para apoiá-los. A Emater-RS- Ascar, a qual firma convênio com o MDA, para capacitar os seus técnicos para o novo momento do trabalho com jovens. Em 2006 a Entidade de extensão reforça o trabalho com juventude rural, realizando processo seletivo para que tivesse uma pessoa na Coordenação estadual, com trabalho específico com atenção especial ao jovem rural. Inicia nesta fase uma capacitação para técnicos e jovens rurais, com o objetivo de realizar uma reflexão conjunta, sobre as necessidades advindas dos jovens, no intuito de um novo trabalho de extensão rural com este público.

Cria-se neste momento o Marco referencial da Extensão Rural para o trabalho com Juventude Rural, desta vez não só voltado ao esporte, mas atendendo por completo as necessidades deste público.

A AJURGS, está estruturada da seguinte maneira:

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE JOVENS RURAIS



Grupos de Jovens Rurais

Comunitários

Relatamos como inovadora a experiência, pois conforme o que evidenciamos anteriormente é quase inexistente as participação dos jovens as instâncias de decisão das políticas relacionadas a essa categoria social. Temos convicção que uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição ativa dos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que proporcione a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida.

A AJURGS, não só favorece, como estimula e abre caminhos à participação juvenil nesses espaços. Citaremos a seguir vários resultados desta organização.



Figura 7-1. Agroindustria Prade-Agudo -RS

Figura 7-2. Os 4 irmãos Prade, no trabahlo na Agroindustria com os pais



Figura 7-3. Agroindustria Giacomini – São João do Polesine



O jovem rural como ator principal para a construção de um novo modelo rural, promovendo um espaço de qualidade de vida, sustentabilidade social e ambiental